

Novo projeto da Previdência economizaria R\$ 11,6 bi ao ano

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

O novo projeto de reforma da Previdência deve gerar uma economia equivalente à metade da que seria obtida com o projeto original do governo, segundo a Tendências Consultoria. Nas estimativas do analista Fabio Klein, uma mudança similar à que foi apresentada na semana passada deve reduzir o ritmo de crescimento dos benefícios previdenciários de 5% para 3,83% ao ano até 2027, descontada a inflação, poupando anualmente quase R\$ 11,6 bilhões, a valores de 2018, na comparação com um cenário sem alteração no sistema.

Além disso, as despesas com as aposentadorias do Regime Geral da Previdência Social (RGPS, que engloba trabalhadores do setor privado e celetistas do setor público) e dos servidores federais devem subir dos atuais 10% do PIB para 11,2% do PIB em 2027. Sem reforma, esses gastos tendem a

atingir o equivalente a 12,4% do PIB em uma década, projeta Klein.

Segundo ele, essas simulações levam em conta uma reforma da Previdência "minimalista". Isso significa um projeto "similar" à emenda que o governo apresentou em jantar aos deputados na quarta-feira passada, "baseada apenas nas novas idades mínimas (65 homem e 62 mulheres), regra de transição (com idade mínima progressiva) e tempo mínimo de 15 anos de contribuição", poupando cerca de 47% do que economizava o projeto original. Os números são aproximados, ressalta ele.

O texto que saiu da comissão especial da Câmara dos Deputados em maio garantia uma economia equivalente a 70% do que seria poupado pelo projeto inicial, estima Klein. Nesse caso, os gastos previdenciários cresceriam 3,25% acima da inflação por ano, alcançando 10,7% do PIB em 2017. Na comparação com um quadro sem reforma, o valor a ser economizado anualmente seria de R\$

17 bilhões, a preços de 2018.

"Em ambos os casos, fica claro que os gastos previdenciários continuarão a crescer em termos reais numa velocidade considerável, que, por sua vez, seriam reduzidas se complementadas por mudanças na regra do salário mínimo", escreve ele, em relatório. "Ainda assim, reformas parciais como essas exigirão ajustes compensatórios em outros gastos para que o teto seja respeitado."

Na avaliação de Klein, o teto de gastos da União pode ser rompido entre 2021 e 2022 se a versão mais recente da reforma da Previdência for aprovada e, além disso, a regra de reajuste do salário mínimo for alterada e as despesas discricionárias caírem a um ritmo de 1,5 ponto percentual ao ano. Nessa simulação, ele considera que a fórmula de reajuste do piso salarial manteria a correção pela inflação do ano anterior, mas, em vez de incluir também a variação do PIB de dois anos antes, passaria a levar em conta o PIB per capita de dois anos antes.





"Uma reforma entre 50% a 60% da original é sustentável no médio prazo se combinada com mudança no salário mínimo e complementada por reduções nos gastos discricionários [aqueles sobre os quais o governo tem maior controle]", diz Klein, que faz um esclarecimento. Nos seus cálculos, ele trabalha com corte nessas despesas porque são as principais candidatas a serem reduzidas caso não se aprovelem medidas que permitam diminuir os dispêndios obrigatórios. "Cortar os gastos obrigatórios, aliás, seria o ideal, pois reduziria o engessamento do orçamento." O analista lembra que os gastos discricionários já têm sofrido talhos expressivos, observando que, no acumulado até setembro deste ano, essas despesas

se encontram no mesmo nível de 2009. A redução de 1,5 ponto percentual dos gastos discricionários por ano seria superior à queda média dos últimos cinco anos, de 1 ponto.

Segundo Klein, os números confirmam que, além da reforma da Previdência, são necessárias outras medidas para completar a "dura, mas necessária, travessia de redução do gasto imposta pela regra do teto". Para ele, "quanto mais fraca e diluída for a reforma, mais difícil e turbulenta será essa travessia, com fortes chances de rompimento do teto no médio prazo". Sem mudança no sistema de aposentadorias e com redução de despesas discricionárias de 1,5 ponto por ano, o teto tende a ser estourado já em 2019.

Um enigma bilionário

José Casado

De camisa vermelha e calça preta, desafiava os sertanejos reunidos na tenda branca, protegidos contra o sol que devorava a tarde em Missão Velha (CE), a 530 quilômetros de Fortaleza: “Tão vendo esse pescocinho curto aqui? É de tanto carregar lata d’água na cabeça lá em Garanhuns...” — a plateia riu. Completou: “Mas eu posso garantir a vocês, em 2012 nós vamos inaugurar a totalidade da transposição do Rio São Francisco. E, sabe o que é engraçado? Também vamos inaugurar a Transnordestina”. O comício daquela segunda-feira, 13 de dezembro de 2010, acabou com Lula abraçado a Benjamin Steinbruch, empresário da siderurgia e dos produtos têxteis. Exalavam alegria. O presidente, em fim de mandato, porque autorizara obras aguardadas há mais de 160 anos, quando D. Pedro II mandou projetar uma ferrovia ligando o sertão ao mar do Nordeste. O dono da CSN, de Volta Redonda (RJ), porque ficaria ainda mais rico com os 1,7 mil quilômetros de trilhos da Transnordestina cortando outros 80 municípios de Ceará, Piauí e Pernambuco — negócio de R\$ 6 bilhões extraídos do Orçamento da União, do BNDES e dos fundos regionais. Missão Velha

empobreceu, desde então. Assistiu ao fim das agências bancárias e à migração de aposentados para o comércio de Barbalha, 25 quilômetros adiante.

Não recebe água do São Francisco, nem trem da Transnordestina. As obras da ferrovia concedida sem licitação pararam há três anos, embora já tenham sido gastos recursos públicos equivalentes a 80% do investimento previsto. Agora, depois de um ano de investigações pedidas pela Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas comprovou que o contrato de construção e exploração da Transnordestina foi assinado com o grupo de Steinbruch em 2013, no governo Dilma Rousseff, “sem estudos e análises que justificassem o interesse público”, e sem comprovação “do equilíbrio econômico-financeiro” do projeto.

Descobriu, também, que no governo Michel Temer os ministérios dos Transportes e do Planejamento, a empresa de planejamento logístico (Valec) e a agência reguladora do setor (ANTT) permanecem sem saber quantos e quais trechos da obra foram executados. E não conseguem demonstrar os gastos

efetivados nas etapas que, supostamente, já teriam sido concluídas. Sobram irregularidades, segundo o tribunal, indicando R\$ 1,2 bilhão em despesas sem prévia autorização. Nos arquivos da Casa Civil da Presidência não há registros sobre a ferrovia. Existe “risco concreto de dano ao Erário”, acha o Tribunal de Contas da União, porque “sequer é sabido o custo real das obras”.

Pelo contrato de concessão, a ferrovia deveria ser concluída até o próximo 22 de janeiro. O grupo privado enfrenta limitações no BNDES, relatadas ao TCU. Só em outubro a nave-mãe CSN conseguiu divulgar balanços auditados de 2015 e de 2016. Na virada do mês, o empresário Benjamin Steinbruch passou ao centro de uma investigação da Operação Lava-Jato. O empreiteiro Marcelo Odebrecht confessou que, a seu pedido, deu R\$ 14 milhões em propina ao ex-ministro da Fazenda do governo Lula Antonio Palocci e R\$ 2,5 milhões ao presidente da Fiesp, Paulo Skaf. O trem da Transnordestina continua sendo uma lenda do Império, renovada por um enigma bilionário.

Governo corre para aprovar MPs que caducam até dezembro

Planalto cogita substituir por projeto de lei parte das medidas, fundamentais para a programação orçamentária; só hoje vencem três delas

MAELI PRADO, DANIEL CARVALHO e GUSTAVO URIBE - DE BRASÍLIA

O governo corre contra o relógio para aprovar no Congresso, até dezembro, cinco medidas provisórias que caducam nas próximas semanas e que são fundamentais para a programação orçamentária de 2017 e 2018. Em meio às negociações pelas mudanças na Previdência, prioridade atualmente, a equipe econômica já se programa para substituir parte dessas MPs por projetos de lei se não houver tempo hábil para a aprovação.

Somente nesta terça-feira (28), caducam três medidas provisórias com impacto fiscal relevante para a União.

Uma delas, que cria PDV (Programa de Demissão Voluntária), jornada reduzida e licença sem remuneração para servidores federais, possibilitaria uma economia anual de cerca de R\$ 1 bilhão. Outra, a chamada “MP dos Mortos”, determina ressarcimento à União de pagamentos indevidos feitos a falecidos. Isso se traduziria em receita de R\$ 600 milhões, mas até agora só entraram R\$ 40 milhões com a medida.

Por fim, esta terça é a data-limite para a votação do programa de parcelamento de débitos de produtores com o Funrural. Se o texto for aprovado da forma como saiu da comissão especial, a renúncia fiscal será de R\$ 15 bilhões, R\$ 7,4 bilhões acima do que previa o texto original. Nos dois primeiros casos, de acordo com o que a Folha apurou, já estão sendo preparados projetos de lei para substituir os textos originais caso seja necessário.

Para o Funrural, a relatora da MP,

deputada Tereza Cristina (sem partido-MS), não exclui a possibilidade de ser editada uma nova medida provisória, com um texto diferente da anterior.

O governo ainda quer votar nesta semana a MP do Repetro, que entre outros pontos desonera as importações de equipamentos para a exploração de petróleo e gás. A medida expira em 15 de dezembro. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, se reuniu com o da Câmara, Rodrigo Maia, e disse que houve compromisso de que o projeto será votado nesta quarta (29).

Até dezembro, o governo ainda tem que votar a MP que iguala a tributação de fundos de investimentos fechados à dos abertos, o que antecipará R\$ 6 bilhões em IR. Apesar de a medida expirar em abril de 2018, as mudanças no IR têm de ser feitas no ano anterior.





DATA DE VALIDADE Medidas provisórias importantes podem caducar

VENCIMENTO NESTA TERÇA-FEIRA (28)

	Funrural	PDV dos servidores	MP dos mortos
 O QUE É	<ul style="list-style-type: none">> Institui o Programa de Regularização Tributária Rural, que prevê o parcelamento das dívidas de produtores com o Funrural	<ul style="list-style-type: none">> Cria o Programa de Desligamento Voluntário para servidores públicos, jornada reduzida e licença sem remuneração	<ul style="list-style-type: none">> Prevê a restituição de valores depositados indevidamente pela União a pessoas falecidas
 IMPACTO FISCAL	<ul style="list-style-type: none">> Renúncia de R\$ 7,6 bilhões pela MP ou de R\$ 15 bilhões pelo texto da comissão especial	<ul style="list-style-type: none">> Economia de cerca de R\$ 1 bilhão em 2018	<ul style="list-style-type: none">> Receita de R\$ 600 milhões





EM 15 DE DEZEMBRO

Repetro

> Prorroga o regime tributário especial para a exploração de petróleo e gás natural

> Renúncia fiscal de R\$ 20 bilhões entre 2018 e 2019

EM 8 DE ABRIL DE 2018

Tributação de Fundos Fechados de Investimento

> Iguala o prazo para pagamento de impostos dos fundos fechados de investimento, para grandes investidores, à dos fundos abertos, o que antecipará receitas

> Receitas de R\$ 6 bilhões em 2018

Previdência pode ficar para 2018, afirma Maia

Presidente da Câmara vê pouca chance de votação em dois turnos antes do recesso

Enquanto o governo trabalha para conseguir aprovar a reforma da Previdência em dois turnos ainda este ano, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), jogou ontem um balde de água fria nessas pretensões e indicou que a votação pode ficar pela metade. Segundo ele, “é difícil” concluir as duas votações em 2017, com 308 votos em cada uma. A declaração provocou reação imediata do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que disse ser “viável” a votação da proposta no dia 6 de dezembro, data indicada pelo próprio Maia em ocasiões anteriores. A avaliação do presidente da Câmara é de que há pouco tempo até o fim do ano legislativo, que termina em 22 de dezembro, mas, na prática, começa antes. “O ideal seria votar a reforma da Previdência em fevereiro, mas tem o carnaval no meio”, disse Maia,

em São Paulo. A declaração foi recebida com desconfiança pelo Planalto. Tanto que Maia, assim que retornou da capital paulista, foi chamado ao Palácio do Planalto para uma conversa com o presidente Michel Temer.

A mudança de postura ampliou incertezas, já que lideranças políticas veem pouca chance de aprovação para uma matéria polêmica em 2018, que é um ano de el. O próprio relator da reforma, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), disse na semana passada achar “muito difícil” viabilizar a aprovação depois de 15 de dezembro. “Que o Meirelles me traga os 308 votos, que eu aprovo a proposta dele”, afirmou Maia, em evento da revista Veja. Na réplica, Meirelles evitou polemizar: “Ele tem toda a razão, são necessários 308 votos.” Nota técnica do Ministério do Planejamento divulgada ontem mostra que, sem a reforma, o crescimento do País no próximo ano pode ficar 2,2 pontos

porcentuais menor, caindo da projeção de 2,5% para 0,3%. Mudanças. Maia acenou ainda que o texto apresentado na semana passada pelo relator, desidratado na tentativa de ampliar as chances de aprovação, pode passar por mais mudanças. Segundo ele, se for preciso ceder em mais temas, haverá diálogo. O presidente da Câmara também reagiu à consideração de jornalistas de que Meirelles não concordaria com novas concessões. O texto atual preservaria cerca de 60% da economia esperada com a proposta original do governo. Para garantir a aprovação neste ano, Temer pretende exonerar os ministros que também são parlamentares, caso seja necessário, para angariar votos de última hora para aprovar a reforma da Previdência. / EDUARDO LAGUNA, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, ADRIANA FERRAZ, DANIEL GALVÃO, IDIANA TOMAZELLI, CARLA ARAÚJO e TÂNIA MONTEIRO

Intermitente pode ter de pagar para trabalhar

Fernando Nakagawa

A Receita Federal divulgou ontem as regras para o recolhimento da contribuição previdenciária dos trabalhadores intermitentes cujo rendimento mensal ficar abaixo do salário mínimo. Essa é uma situação inédita no País que pode ocorrer com aplicação das normas previstas na reforma trabalhista. O empregado poderá pagar a diferença entre a contribuição incidente sobre o contracheque e o mínimo exigido pela Previdência. A regra fará com que, no limite, alguns trabalhadores precisem pagar para trabalhar. Como no contrato intermitente o empregado atua apenas quando é convocado, o salário varia conforme o número de horas ou dias trabalhados. Pela lei, deve-se receber, pelo menos, valor proporcional ao mínimo por hora,

R\$ 4,26, ou dia trabalhado, R\$ 31,23. Como o valor do contracheque é base de cálculo para encargos sociais, trabalhadores com salário inferior ao mínimo terão recolhimento abaixo do aceito pelo INSS para a contabilidade da aposentadoria. A legislação prevê que trabalhadores “poderão recolher a diferença” entre a contribuição calculada sobre o contracheque e o mínimo exigido pelo INSS. Quem não recolher o valor adicional, não terá acesso à aposentadoria nem a benefícios como licença médica.

O recolhimento extra deverá ser feito pelo trabalhador com base na alíquota de 8% sobre a diferença entre o que recebe e o salário mínimo até o dia 20 do mês seguinte ao salário. Como exemplo de situação extrema, pode ser citada uma das vagas anunciadas recentemente: operador de caixa

intermitente de uma rede de supermercados em Fortaleza. Para quatro horas por dia, seis vezes por mês, a empresa oferece R\$ 4,81 por hora, somando salário mensal de R\$ 115,44. A contribuição paga pela empresa seria de R\$ 23,09. O mínimo exigido pelo INSS, porém, é de R\$ 187,40. Assim, o empregado precisaria desembolsar R\$ 164,31, mais que o salário, de R\$ 115,44. Entre as quase mil emendas ao ajuste da reforma, que ainda será votado pelo Congresso, algumas tentam mudar o funcionamento da Previdência dos intermitentes. O senador José Serra (PSDB-SP), por exemplo, propõe que empregados que receberem menos que mínimo “terão recolhidas pelo empregador a diferença entre a remuneração recebida e o valor do salário mínimo” para o INSS. / COLABOROU SANDRA MANFRINI